



# MANUAL DE FLUXO PARA O CUMPRIMENTO

DE DECISÕES JUDICIAIS DE SAÚDE  
PÚBLICA NO CEARÁ



JUSTIÇA FEDERAL

**COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE**

DO ESTADO DO CEARÁ

# SUMÁRIO

01

---

INTRODUÇÃO

02

---

ENTREGA E TRANSPARÊNCIA

03

---

CASO DE DESCUMPRIMENTO E  
BLOQUEIO DE VALORES

04

---

COMPETÊNCIA PARA AÇÃO  
DE SAÚDE PÚBLICA

05

---

DISPOSIÇÕES FINAIS

06

---

CRÉDITOS

# INTRODUÇÃO

**RECOMENDAÇÃO CES/CE Nº 02/2025, DE 08 DE AGOSTO DE 2025.**

Este guia tem o objetivo de orientar magistrados(as), membros do Ministério Público, da Defensoria e da Advocacia Pública sobre procedimentos padronizados para o cumprimento de ordens judiciais relacionadas ao direito à saúde no Estado do Ceará. As diretrizes aqui reunidas têm caráter de recomendação, conforme a Recomendação **CES/CE nº 02/2025**, inspiradas na Recomendação **CNJ nº 146/2023**. Sua adoção é uma faculdade do(a) juiz(a) da causa. O material foi redigido em linguagem simples, para facilitar a consulta e a aplicação prática.

O guia busca ser um instrumento de consulta rápida, trazendo prazos sugeridos, fluxos de cumprimento e medidas cabíveis em casos de descumprimento, além de informações sobre transparência e competência jurisdicional. Assim, pretende-se contribuir para a efetividade das decisões judiciais em saúde pública no Ceará, em benefício dos cidadãos e da eficiência do sistema de Justiça.

# PRINCÍPIOS GERAIS

- **Prazos:** Os prazos sugeridos são em dias corridos.
- **Decisão Judicial:** A decisão deve ser específica quanto ao ente que deverá cumprir a ação.
- **Obrigação Inicial:** Define o início do cumprimento da obrigação.
- **Prioridade:** O(a) magistrado(a) deverá considerar se o caso trata de uma urgência/emergência médica ou eletiva para a definição do prazo.

## INTERNAÇÃO EM UTI

- **A  o Prévia:** Verificação junto à Central de Regulação de Leitos sobre a inclusão do paciente em fila.
- **Prazo Sugerido: 5 dias** para a internação.

## PROCEDIMENTO CIRÚRGICO

- **Emergencial:** Prazo sugerido de 10 dias<sup>1</sup>.
- **Eletiva (já em fila):** Se o prazo de 180 dias já venceu:

TIPO	PRAZOS
SWALIS A1	60 dias
SWALIS A2	90 dias
SWALIS B	180 dias
SWALIS C ou D	365 dias

# FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

- Incluso na política de saúde:

<b>Prazo Geral</b>	30 dias
<b>CBAF</b>	Imediato
<b>CESAF</b>	Até 7 dias
<b>CEAF</b>	Até 60 dias

- Não incluso na política de saúde:

<b>EM ESTOQUE</b>	12 dias
<b>EM ATAS OU CONTRATOS VIGENTES</b>	45 dias
<b>ADQUIRIDOS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>	120 dias
<b>IMPORTADOS</b>	Em média, 120 dias.

## EXAMES ELETIVOS

- **Prazo Máximo Sugerido:** 100 dias.

### Insumos (Município de Fortaleza):

- **Dietas, fraldas, etc.:** Prazo máximo de 60 dias.
- **Cama, cadeira de rodas, etc.:** Prazo máximo de 60 dias.

# ENTREGA E TRANSPARÊNCIA

## ENTREGA DOS PRODUTOS E MEDICAMENTOS

A entrega será feita ao(à) paciente em local indicado pelo próprio ente.

- Apenas excepcional e justificadamente a entrega ocorrerá na residência do paciente.
- Medicamentos oncológicos administrados por via venosa devem ser entregues diretamente ao Centro de Atenção (CACON/UNACON).

## TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÕES

As Secretarias de Saúde devem fornecer aos operadores do Sistema de Justiça meios para acesso aos dados relativos a filas cirúrgicas, aquisição de medicamentos e fluxos dos programas.

- A Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e as secretarias de saúde dos municípios devem publicar em seus sites a existência e a adoção de ata de registro de preço e informações sobre os medicamentos em estoque.

# ENTREGA E TRANSPARÊNCIA

- A SESA disponibilizara as informações nos seguintes endereços eletrônicos: Atas de Registro de Preço (ARP), Relatórios de Abastecimento e Estoque de Medicamentos Especializados (CEAF).

## LINKS ÚTEIS



Portal Saúde  
Digital  
(cirurgias)



IntegraSUS  
(fila  
cirúrgica)



Assistência  
Farmacêutica -  
SESA CE

# CASO DE DESCUMPRIMENTO E BLOQUEIO DE VALORES

O MAGISTRADO PODERÁ SOLICITAR  
JUSTIFICATIVA FORMAL AO ENTE, VERIFICANDO

- Estoque de medicamentos/insumos.
- Existência de ata de registro de preços.
- Inclusão do paciente em sistemas de regulação.

## EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL

O magistrado deve escutar o ente público para que informe e comprove o motivo do descumprimento.

- Sugere-se a concessão de **prazo adicional** se houver **justificativa fundamentada** afim de viabilizar o cumprimento eficiente da obrigação de fazer pelo Poder público.
- A **fixação de multa** deverá ser utilizada de forma subsidiária.
- Sugere-se o **redirecionamento** do cumprimento para ente diverso.
- Excepcionalmente, a **compra direta** pela Serventia é uma possibilidade.



# CASO DE DESCUMPRIMENTO E BLOQUEIO DE VALORES

## PEDIDOS DE BLOQUEIO DE VALORES

Devem ser instruídos com no mínimo 3 orçamentos de fornecedores.

- Os orçamentos devem observar o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG/CMED).
- **Receita médica recente** (até 90 dias).
- Indicação do fornecedor com **menor preço**.
- O juízo transfere os valores bloqueados para a conta do fornecedor após a entrega da prestação e a emissão das notas fiscais.
- A liberação antecipada dos valores é excepcional e deve ser justificada.

## IMPORTANTE

Após bloqueio, os valores devem ser liberados ao fornecedor **somente após a entrega e apresentação das notas fiscais**.

# COMPETÊNCIA PARA AÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA

## JUSTIÇA FEDERAL









- Ações contra União, autarquias federais ou quando a União é parte necessária.

## JUSTIÇA ESTADUAL

- Ações contra Estado ou Municípios, incluindo fornecimento de medicamentos, procedimentos e insumos do SUS.

A tabela abaixo exemplifica quais demandas de Saúde Pública são tratadas pela Justiça Estadual e quais devem ser encaminhadas para a Justiça Federal. Confira para entender melhor a jurisdição correta.

# COMPETÊNCIA PARA AÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA

SITUAÇÃO	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA ESTADUAL
Ações contra a União, autarquias ou empresas públicas federais		
Ações envolvendo o Sistema Único de Saúde (SUS) e ajuizadas contra entidades federais		
Ações envolvendo repasse de verbas federais para estados e municípios		
Ações de saúde pública que envolvem exclusivamente estados e municípios		
Ações contra entidades estaduais ou municipais, como secretarias de saúde		
Ações para fornecimento de medicamentos ou tratamentos pelo Estado ou Município		
Ações em que a União figura como interveniente obrigatória (casos em que sua participação é essencial)		
Ações de responsabilidade civil por danos causados por agentes de saúde estaduais ou municipais		

# DISPOSIÇÕES FINAIS



Entes públicos devem indicar canais de recebimento de mandados (presenciais e eletrônicos).



Em tratamentos contínuos, recomenda-se exigir receita médica atualizada periodicamente.



Medicamentos não utilizados devem ser devolvidos ao ente público.



Processos relativos a tratamentos já incorporados ao SUS podem ser remetidos ao CEJUSC Saúde para tentativa de acordo.



O guia será revisado após 1 ano da publicação.

**Bruno Gomes Benigno Sobral** - Juiz de Direito Coordenador  
do Comitê Estadual de Saúde

**Emilio de Medeiros Viana** - Juiz de Direito Membro  
Suplente do Comitê Estadual de Saúde

**Niliane Meira Lima** - Juíza Federal  
Vice-Coordenadora do Comitê Estadual de Saúde

**Emanuel José Matias Guerra** - Juiz Federal Membro  
Suplente do Comitê Estadual de Saúde

**Manuel Yury Trindade**  
Secretário Executivo do Comitê Estadual de Saúde

**Oscar Costa Filho**  
Membro Titular Procuradoria da República

**Alessander Wilckson Cabral Sales**  
Membro Suplente Procuradoria da República

**Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto**  
Membro Titular Ministério Público Estadual

**Ana Claudia Uchôa de Albuquerque Carneiro**  
Membro Suplente Ministério Público Estadual

**Lídia Ribeiro Nóbrega**  
Membro Titular Defensoria Pública Federal

**Fernando Antônio Holanda Pereira Júnior**  
Membro Suplente Defensoria Pública Federal

**Marília Braga Olinda de Lucena**  
Membro Titular Defensoria Pública do Estado do Ceará

**Yamara Alves Lavor Viana**

Membro Suplente Defensoria Pública do Estado do Ceará

**Caroline Moreira Gondim**

Membro Titular Procuradoria do Estado do Ceará

**Raimilan Seneterri da Silva Rodrigues**

Membro Suplente Procuradoria do Estado do Ceará

**Clarissa Sampaio Silva**

Membro Titular Advocacia Geral da União

**Davi José Paz Catunda**

Membro Suplente Advocacia Geral da União

**Martônio Mont'alverne Barreto Lima**

Membro Titular Procuradoria do Município de Fortaleza

**Rômulo Guilherme Leitão**

Membro Suplente Procuradoria do Município de Fortaleza

**Kelly Gonçalves Meira Arruda**

Membro Titular Ministério da Saúde

**Luiz Marques Campelo**

Membro Suplente Ministério da Saúde

**Lea Marques Oliveira**

Membro Titular Controladoria Regional da União no Estado do Ceará

**Denieli Maria Coelho Rodrigues**

Membro Suplente Controladoria Regional da União no Estado do  
Ceará

**Carlos Alberto de Miranda Nascimento**

Membro Titular Tribunal de Contas do Estado do Ceará

**Felipe Ramalho Bezerra**

Membro Suplente Tribunal de Contas do Estado do Ceará

**Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira**

Membro Titular Secretaria de Saúde do Estado – SESA

**Geanne Medeiros Bandeira Bezerra de Carvalho**

Membro Suplente Secretaria de Saúde do Estado – SESA

**Luciana Matos Alves**

Membro Titular Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza –  
SMS

**Luciana Passos Aragão**

Membro Suplente Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza –  
SMS

**Rilson de Sousa Andrade**

Membro Titular COSEMS/CE – Conselho de Secretarias Municipais  
de Saúde

**Nerilene da Silva Nery**

Membro Suplente COSEMS/CE – Conselho de Secretarias  
Municipais de Saúde

**Leonardo José Aprício Costa Sousa**

Membro Titular Conselho Estadual de Saúde do Ceará – CESAUC/CE

**Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos**

Membro Suplente Conselho Estadual de Saúde do Ceará –  
CESAUC/CE

**Ricardo César Vieira Madeiro**

Membro Titular Comissão de Saúde da OAB/CE

**Nelcilene dos Santos Silva**

Membro Suplente Comissão de Saúde da OAB/CE

**Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho**

Membro Titular Agência Nacional de Saúde Suplementar

**Dominic Bigate Lourenço**

Membro Suplente Agência Nacional de Saúde Suplementar

**Rochelle Pinheiro Ribeiro**

Membro Titular Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário – NATJUS

**Eliseu Becco Neto**

Membro Suplente Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário – NATJUS

**Eneylandia Rabelo Lemos**

Membro Titular Procon Fortaleza

**Antônio Airton do Vale Melo**

Membro Suplente Procon Fortaleza

**Marcela Rodrigues Carvalho**

Membro Titular Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do  
Ceará – ISSEC

**Expedito Antônio da Silva Sousa**

Membro Suplente Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do  
Ceará – ISSEC

**Denyse Freire de Sousa dos Reis**

Membro Titular Conselho Regional de Odontologia – CRO

**Francisco Ilberte Gomes da Silva**

Membro Suplente Conselho Regional de Odontologia – CRO

**Francisco Thiago Santos Salmato**

Membro Titular Conselho Regional de Enfermagem – COREN

**Ana Paula Auriza de Lemos Silveira**

Membro Suplente Conselho Regional de Enfermagem – COREN



**Egberto Feitosa Filho**

Membro Titular Conselho Regional de Farmácia – CRF

**Arlandia Cristina Lima Nobre de Moraes**

Membro Suplente Conselho Regional de Farmácia – CRF

**Igor Facó**

Membro Titular Operadora de Plano de Saúde HAPVIDA

**Luiz Carlos Vidal Maia Júnior**

Membro Suplente Operadora de Plano de Saúde HAPVIDA

**Flavia Marques Oliveira Lima**

Membro Titular Operadora de Plano de Saúde UNIMED Fortaleza

**Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva**

Membro Titular Operadora de Plano de Saúde UNIMED Ceará

**Hévila Silva Fernandes de Oliveira**

Membro Suplente Operadora de Plano de Saúde UNIMED Ceará

**Hermano Alexandre Lima Rocha**

Membro Titular Operadora de Plano de Saúde LIV Saúde

**Pedro Meneleu Gonçalves da Silva**

Membro Suplente Operadora de Plano de Saúde LIV Saúde

**Elinardo de Sousa Lima Júnior**

Membro Titular Operadora de Plano de Saúde CAMED

**Raquel Dias Magalhães**

Membro Suplente Operadora de Plano de Saúde CAMED

**Gerson Sanford Vieira Lima**

Membro Titular Usuários do Sistema Suplementar de Saúde

# MANUAL DE FLUXO

## PARA O CUMPRIMENTO

DE DECISÕES JUDICIAIS DE SAÚDE  
PÚBLICA NO CEARÁ



**COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE**  
DO ESTADO DO CEARÁ